RENDA DA TERRA, TRABALHO, ESPAÇO E CAPITAL — OS TIRADORES DE LEITE DE CATUÇABA — SP *

Aparecida Maria Perdigão Rodrigues

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como ponto de partida a preocupação com a questão das necessidades do homem, especialmente das formas diferenciadas de sua satisfação, que se manifestavam cada vez mais enquanto diferenças, isto é, enquanto gozo, luxo, desperdício para uns e sofrimento, pobreza, exclusão para muitos outros.

A questão das necessidades nos limites de nossa sociedade vinha sendo resolvida tendo como base a *relação de propriedade privada* entre os homens e as coisas, e entre os homens entre si. Isto é, tendo como base o trabalho, o capital e o vínculo entre ambos.

Assim, da preocupação com a questão da satisfação diferenciada das necessidades, que *é* uma *relação*, optou-se por estudar uma das formas da relação capital-trabalho, através de um estudo de caso sobre o conjunto das relações sociais que configuram a vida do pequeno produtor mercantil de leite C de São Luís do Paraitinga, na tentativa de desvendar até onde as condições precárias de subsistência do pequeno produtor mercantil e de sua família eram um *resultado* e até onde eram um *pressuposto* das relações sociais de produção da sociedade existente. De até que ponto as reproduzem e ate que ponto

* Resumo da dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH — USP — 1984.

as negam, como se dá tal reprodução e as possibilidades de sua negação. Essas questões tornaram-se o cerne de nosso trabalho.

Em outras palavras, procurava-se desvendar as bases reais que explicam o desenvolvimento das relações sociais de exploração econômica e de dominação política, afetas a esse tipo de produtor, na tentativa de compreender uma das formas como se dá a produção do capital através da reprodução de relações sociais não tipicamente capitalista de produção. Isto é, pela via da descontinuidade, como diria LEFEBVRE. Partiu-se, então, da crença de que o *fato* da satisfação das necessidades e o *modo* como os homens produzem os meios de subsistência para satisfazê-las servem fundamentalmente para se entender a realidade social, já que o sistema de laços materiais e espirituais que se estabelece entre os homens é condicionado pelas *necessidades* e pelo *modo* determinado (portanto histórico) de produção.

Assim, procurou-se conduzir esse trabalho a partir da compreensão do modo como o pequeno produtor mercantil do Vale do Paraíba produz sua existência, para satisfazer às suas necessidades e às de sua família. Do modo como se organizam, do modo como se perpetuam, englobando não só o modo de produzir material mas o modo de vida num sentido mais amplo que o de produzir coisas, inclusive o aspecto das *relações* e *formas* sociais. Isto é, as relações familiares, as relações de vizinhança, a produção espiritual, enfim as relações sociais em sua totalidade e as diferentes formas que essas relações vão assumindo.

Portanto, o problema era compreender as relações sociais em suas determinações históricas, mais do que resolver uma combinação dialética de conceitos.

A questão era compreender as conexões reais entre os diversos elementos do real.

Não só as várias interferências do capital no seu movimento, não só a questão da *reprodução* dos *meios de produção,* mas a da *reprodução* das *relações sociais.* O que exige um esforço difícil e ainda incompleto; uma reflexão sobre as relações sociais passando pela totalidade da existência humana, uma vez que o cotidiano, e não já o econômico, se torna a base sobre a qual se estabelece a reprodução das relações sociais de produção. Ou, em outras pala-

vras, onde a sociedade, o espaço se tornam o lugar da produção dessas relações sociais.

Nesse sentido, cabe ressaltar a importância do estudo da realidade do pequeno produtor mercantil, porque nos remete a uma concepção de processo de *conjunto*. É a possibilidade de contribuir para recuperar a *unidade*, o *movimento unitário* do processo, que acima de tudo é o processo da diferença. E, em segundo lugar, porque ajuda a desvendar as formas específicas em que o capital vai subordinando o trabalho no campo, como se dá a intenção entre as diferentes estruturas, sua coexistência, suas contradições e tensões. Como diz MARX: "Indicar a diferença específica constitui aqui tanto um desenvolvimento lógico como a chave para a compreensão do desenvolvimento histórico" [1977 (a) vol. 2: 194].

Como parte do método de investigação, apoiamo-nos no *estudo de caso*, sendo que o suporte empírico fundamental foi o núcleo rural de Catuçaba, distrito de São Luís do Paraitinga, na região do Alto do Paraíba, onde se desenvolve fundamentalmente o trabalho que produz leite C.

O que se propôs através do estudo dos produtores de leite foi, nas palavras de Martins, *chegar* a *generalizações* que se possam alcançar, desvendando *como* o *caso* se configura, a partir das mediações que estruturam a totalidade concreta (Martins, 1973:40).

E por que o pequeno produtor de leite C e por que São Luís do Paraitinga?

Porque no Vale do Paraíba, realidade que acabou se tornando nosso campo de investigação (fora da universidade), numa caracterização geral, as parcelas da população rural que viviam graves problemas de subsistência estavam ligadas ao trabalho que produz leite C, sendo que São Luís do Paraitinga se destacava como um dos mais importantes receptores e fornecedores desse tipo de leite para as indústrias de laticínios da região.

CAPÍTULO I

GÊNESE HISTÓRICA DO PEQUENO PRODUTOR MERCANTIL

No primeiro capítulo tentamos apreender a gênese do pequeno produtor mercantil de São Luís do Paraitinga, buscada a partir da

natureza dos primeiros povoamentos da região do Vale do Paraíba no período colonial (fins do séc. XVII-começo do séc. XVIII).

Isto é, através de um breve exame da formação sócio-econômica da região, da natureza das classes sociais que aí se estabeleceram, das diferentes funções que a região vai assumindo na Divisão Social do Trabalho *enquanto personificação* das *classes* e *grupos sociais que representa,* ou seja, enquanto representa forças sociais.

Assim, partíamos do pressuposto de que há especificidade a nível da região, portanto territorial, da reprodução do capital, definida pela tensão entre as *formas* específicas de reprodução local dos meios de produção e das *relações* sociais capitalistas de produção, pela estrutura de classes peculiares a essas formas e portanto pelas formas peculiares da luta de classes e dos conflitos sociais em escala mais geral.

A especificidade territorial é pensada não só como lugar de localização diferenciada de atividades econômicas, mas também como lugar do *vivido* em toda a sua plenitude. Enquanto *locus* da reprodução das relações sociais de produção, como um todo, ao mesmo tempo que *locus* de sua negação.

O que procuramos apreender foram as condições que iam se criando para o desenvolvimento das formas em que o trabalho é proprietário ou o proprietário trabalha, das quais ressaltaremos alguns pontos:

— Já na *economia da mineração criam-se algumas possibilidades para o desenvolvimento do trabalhador autônomo,* dadas as especificidades da extração no Brasil, isto é, de que se extrai o metal de aluvião e não o extraído em grandes minas, o que permitia um empreendimento individual, além das possibilidades de se trabalhar como "faiscador" e acumular alguma riqueza.

— *Mostramos como, com a crise da mineração, em que, apesar* de os efeitos da herança colonial e da dependência neocolonial com a Inglaterra reforçarem o desenvolvimento das atividades agrícolas extrovertidas (bastante reduzidas, como a mineração), houve uma *retomada da economia de subsistência* em áreas que combinavam condições menos favoráveis à produção agrícola voltada para o mercado externo.

Nessas áreas, a fraqueza geral do setor agrocomercial, a pequena intensidade da troca permitiram o *desenvolvimento de um campesinato* que se mantém por muito tempo isolado nos sertões da região, embrião de muitos pequenos produtores de leite C.

— Por outro lado, pelos fins séc. XVIII a produção de mercadorias destinadas à exportação tinha começado nas ricas planícies do Vale do Paraíba, introduzindo transformações profundas em todos os aspectos, especialmente as decorrentes da produção cafeeira.

— Discutimos como surgem questões novas como as da terra e da mão-de-obra escrava, culminando com a Lei da Terra de 1850, e mais tarde com a crise do cativeiro, ampliando as bases para a reprodução das relações sociais capitalistas de produção e determinando toda e qualquer atividade produtiva através da mediação da renda capitalizada da terra.

— Comentamos, por outro lado, que a crise do cativeiro não implicou necessariamente e de modo generalizado a substituição do escravo pelo imigrante e nem mesmo pelo trabalhador livre nacional. Mas o *reflorescimento da agricultura de subsistência* que sucede à lavoura cafeeira se deu em muitos lugares, como em São Luís do Paraitinga, num primeiro momento baseado no *trabalho familiar* não-assalariado, sendo que esse trabalho familiar já se vinha desenvolvendo: a) por descendentes de antigos posseiros e proprietários do primeiro período de povoamento da região, que se estende até séc. XIX, os quais praticavam uma policultura de subsistência; e b) por descendentes de ex-escravos que se tornaram sitiantes autônomos.

— Discutimos como esse processo — que já se instaura numa nova fase do processo de desenvolvimento sócio-econômico brasileiro e da dependência econômica — se define como uma fase de transição entre o período cafeeiro e o período atual (dominado pela criação), sendo marcado pela subdivisão de propriedades e pela desvalorização das terras, fator esse que muito contribuiu para explicar a entrada de mineiros e o desenvolvimento da pecuária leiteira na região.

— De fato, além da decadência da lavoura cafeeira e do esgotamento dos solos, o desenvolvimento da pecuária bovina de leite

só pode ser explicado, além desses fatos, pela penetração, em toda a região do Vale, de migrantes mineiros, a partir basicamente de 1930, que com raras exceções não se dedicam à pecuária leiteira.

Outro aspecto que contribuiu para o desenvolvimento da produção leiteira é o relacionado com a abertura de estradas e posteriormente de algumas companhias de laticínios que puderam "tirar" leite de vários pontos da região, como a Vigor em SLP, garantindo a compra do produto e incentivando a criação de gado leiteiro.

Define-se, a partir daí, uma outra divisão inter-regional do trabalho, na qual a região do Alto do Paraíba, e dentro dela SLP, se coloca como região de produção de leite C movida principalmente por um processo de produção mercantil, configurado por relações de produção não tipicamente capitalistas, mas subordinadas ao capital.

O pequeno produtor mercantil (personificado no migrante mineiro) surge então como um personagem muito importante na redefinição das relações de produção da região, inclusive de sua ambiguidade. De um lado, contribuindo para consolidar a pecuária de leite sobre bases familiares artesanais, apoiada na produção direta da subsistência. De outro, reforçando e *movendo-se* sobre a base jurídica da propriedade da terra e em *certo sentido* sobre a racionalidade capitalista com vistas ao lucro.

A unidade contraditória de um trabalhador proprietário: o pequeno produtor mercantil (de leite)

Tentamos reconstituir, até aqui, as condições históricas que permitiram a formação e o desenvolvimento a) de uma das formas em que o trabalho é proprietário ou o proprietário trabalha e b) de uma região — o Alto do Paraíba.

A questão é resolver teoricamente a contradição necessária de como o capital, no seu movimento, engendrou na região um processo de trabalho mercantil familiar não tipicamente capitalista. E a partir daí explicar a relação entre a lógica interna da unidade produtiva mercantil e a formação social capitalista.

Se considerarmos os supostos clássicos do comportamento do trabalho com o capital, estes pressupõem a dissolução de todas as formas em que o trabalho é proprietário ou o proprietário trabalha.

Isto é, pressupõem a separação entre o trabalhador e as condições objetivas do trabalho.

A questão que nos colocamos é a seguinte: até que ponto a complexidade da realidade pode ser reduzida ao trabalho assalariado e ao capital?

Pois, analisando o processo de produção mercantil de leite C, vimos que seus supostos não se verificam conforme os da relação classica capitalista de produção.

Assim, 1°) O pequeno produtor mercantil de leite não se comporta com a terra como uma condição natural de produção, uma vez que sua relação com ela é medida pelo conjunto das relações sociais capitalistas de produção. Do mesmo modo, a base de sua produção não é a entidade comunitária real, no sentido que lhe atribuiu Marx, mas só o é idealmente, subjetivamente. 2°) O pequeno produtor mercantil é proprietário dos meios de produção, não se verificando assim a dissolução dessa forma de propriedade. 3°) O processo de trabalho mercantil implica a posse de parte dos meios de subsistência de que necessita, pois como proprietário da terra ele pode prover-se diretamente do fundo de consumo necessário. Mas na unidade de produção mercantil verifica-se uma tendência crescente à compra de parte do fundo de consumo. 4°) O pequeno produtor mercantil não está incluíndo imediatamente entre as condições objetivas de trabalho, mas, por outro lado, não se apresenta como trabalhador livre, uma vez que se comporta com as condições objetivas de seu trabalho como com sua propriedade. O processo de produção mercantil é baseado em trabalho familiar.

Assim, verifica-se, *até certo ponto*, a *unidade* do trabalho com seus supostos materiais, e não a sua separação.

Portanto, é dentro dessa ambigüidade que se deve apresentar o pequeno produtor mercantil, para se apreenderem as tensões em que vive, traçadas pelos limites reais que a sociedade lhe impõe. É por essa unidade contraditória de trabalho e proprietário que consideramos o seu processo de trabalho como não tipicamente capitalista, apesar de reproduzido pelo modo de produção do capital.

Por outro lado, o que os dados *empíricos* nos evidenciaram foi a presença de um outro personagem, que convive ao lado desse que

denominamos pequeno produtor mercantil, mas julgamos necessário estabelecer algumas *diferenças* entre eles, já que, como havíamos dito, indicar as diferenças constitui aqui tanto um desenvolvimento lógico como a chave para a compreensão do desenvolvimento histórico.

Trata-se do que denominamos de pequeno produtor camponês, que basicamente se diferencia do pequeno produtor mercantil no tocante à produção direta de sua subsistência.

Na unidade de produção camponesa, todo o fundo de consumo é praticamente produzido pelo produtor, sendo que somente uma parcela é adquirida no mercado.

Assim, apesar de em alguns casos ocorrer até uma especialização da produção nas unidades de produção camponesa de leite C encontradas na área em estudo, o leite era comercializado somente como excedente de sua cesta de consumo e como excedente dos fatores de produção que, conforme Martins (1972:12), de outra forma ficariam sem uso — quer dizer, o leite não é produzido como mercadoria.

E, à diferença da unidade de produção mercantil de leite, o *"dinheiro do leite"* é que *suplementa* a *produção para o autoconsumo.* Enquanto nas unidades de produção mercantil o leite C produzido para o autoconsumo é de caráter totalmente secundário em relação à produção de leite. Às vezes é até inexistente. Assim, ao contrário da produção camponesa, na unidade de produção mercantil pode-se dizer que a *produção para o autoconsumo* é que *suplementa* a *receita recebida com o leite.*

Portanto, na medida em que o PPM deixa de produzir a maior parte de seus meios de subsistência, passando a comprá-los o que antes poderia considerar como necessidades está agora representado pelo consumidor. E vai deixando de encontrar em si mesmo, e de maneira natural, as condições de sua própria produção. Estas começam a existir fora dele, autônomas a ele, e com esse *existir-fora-dele* acabam sendo absorvidas por uma *conexão geral,* medida pelo valor de troca, que o induz a comprar o que poderia produzir e a consumir o que antes aparecia como luxo, agora como necessário.

É, portanto, com base nesses pontos que achamos que se revela a diferenciação entre esses dois tipos de produtores, personagens carregados de tanta ambigüidade. E acreditamos que a distinção entre eles existe, e não é didática nem teórica, nem classificativa, mas histórica.

Revela, sim, não um problema, mas as contradições do processo de reprodução do capital, que acima de tudo é o processo da diferença, assim como as contradições secundárias no seio do próprio campesinato.

CAPÍTULO II

A RENDA DA TERRA COMO MEDIAÇÃO QUE VINCULA O TRABALHO DO PEQUENO PRODUTOR MECANTIL AO CAPITAL

No segundo capítulo analisamos a propriedade da terra sob sua forma histórica moderna, porque é através da mediação da renda da terra que o produtor mercantil — ou o camponês moderno de modo geral — é explorado pelo capital. Em outras palavras, a renda da terra surge como a mediação que determina o trabalho do pequeno produtor mercantil de leite no conjunto das relações da sociedade capitalista de produção.

Dos produtores de leite de Catuçaba, apenas dois não eram proprietários de terras, mas rendeiros.[1]

Algumas considerações sobre a renda da terra se fizeram necessárias para desvendarmos as formas específicas, concretas, mas certamente invisíveis, em que o PPM se constitui e se redefine pela mediação da exploração do capital.

Tentamos mostrar, em primeiro lugar, que é através da renda da terra que se dá a possibilidade de a produção capitalista, ou do trabalho assalariado, se estender até o campo (pagando um tributo ao proprietário de terras pelo uso de sua terra, ou a renda anteci-

1 São produtores sem terra que arrendam terras para a prática da produção mercantil de leite, pagando por esse uso renda em produto, o que configura um tipo de renda da terra semelhante ao que Marx denominou renda pré-capitalista da terra, só que no contexto do modo de produção do capital.

pada da terra, isto é, o preço da terra). Com isso, cria-se a possibilidade de o proprietário de terras receber uma quantia em dinheiro em troca de sua autorização para que se utilize sua terra.

Mas, por outro lado, é devido à mesma renda da terra que a propriedade da terra aparece agora como uma barreira à livre movimentação do capital, uma vez que permite ao proprietário de terras apropriar-se de uma parte do sobretrabalho que constituiria um lucro excedente *constante,* transferido das mãos do capitalista para as suas. O capital procura então, como tendência, dissolver a propriedade da terra através de vários mecanismos.

Portanto, os dois movimentos são importantes para se entender a *relação*: o desenvolvimento da *mercadoria* até a produção agrícola, *junto* com o desenvolvimento da capacidade da propriedade da terra de converter em renda do solo uma parte crescente da mais-valia. Em outras palavras, há um conjunto de condições dadas pelo desenvolvimento do *trabalho social* que explicam a existência da renda.

Entre essas condições, há que se considerar a importância da particularidade histórica da agricultura, que consiste na composição orgânica de seu capital inferior à média. E, como tentamos explicar, se o capital investido em salários é maior que o capital investido em condições objetivas de trabalho o valor (Kc+Kv+Pv) de seu produto, será necessariamente superior a seu *preço de produção* (elementos custos (Kc+Kv) + lucro médio).

Essa especificidade da produção agrícola de gerar um lucro excedente — *excedente do valor* das mercadorias sobre seu *preço de produção* — se transforma numa possibilidade permanente da produção agrícola devido justamente à propriedade da terra na sua forma moderna, que se ergue como uma barreira ao capital, exigindo o pagamento de uma renda mesmo que as condições particulares em alguma terra sejam inferiores às condições sociais médias de produção (e portanto não perceba renda diferencial = lucro excedente gerado da diferença entre *preço de produção individual* e *preço de produção geral da sociedade).* Assim, essa barreira que impõe a propriedade da terra faz o *preço comercial* subir até que se dê uma diferença entre ele e o *preço de produção, i. e.,* um lucro excedente que poderá se converter em renda absoluta da terra.

A possibilidade de renda absorver toda a diferença entre valor e preço de produção ou uma parte só dependerá das condições de mercado. Daí, então, que a negação por parte do capital tenha como motivo a renda da terra. Isto é, tentar impedir que a propriedade da terra se aproprie da mais-valia que, por meio do mecanismo de compensação, entraria normalmente na corrente de distribuição da mesma (da mais-valia).

É precisamente esse o ponto que nos interessa para entendermos a essência da relação agricultura-indústria e, mais especificamente, o mecanismo de subordinação da pequena produção mercantil ao capital.

E, apesar de no ramo particular da produção agrícola que estudamos — que é pecuária — a composição orgânica do capital ser o inverso do restante, pelo fato de se exigir menos força de trabalho, e, portanto, apesar de as despesas com esse item serem bem menores que as com capital constante invertido, isso não prejudica a tese de que na produção agrícola se utiliza uma proporção maior de força de trabalho em relação ao capital médio social não-agrícola. Isso porque a referência ao se estudar a renda é, conforme o próprio Marx, o meio de subsistência fundamental, decisivo para os povos civilizados. O que quer dizer que nesses ramos, como o da pecuária, o preço do produto se determina *não só* tendo em vista a *remuneração do trabalho que se utiliza,* mas a remuneração da mesma renda que essa terra utilizada para pasto etc. daria se fosse cultivada. Assim, também partimos do suposto de que a renda das terras do principal alimento agrícola contribuiria de um modo determinante na formação do preço do leite. A propriedade da terra pode então fazer subir artificialmente o preço do leite, independentemente da composição orgânica do capital nesse ramo particular da produção.

Daí a questão da renda da terra, ou da barreira que a propriedade da terra opõe ao capital, colocar-se como a questão central na relação pequena produção mercantil-empresa de laticínios, para impedir que o valor de troca do produto do trabalho do PPM, integre, além do *equivalante* dos salários do trabalho empregado e do lucro médio, a renda da terra.

Isso teria algumas implicações:

a) do ponto de vista do empresário, esse aumento do preço do leite *in natura* provocaria um aumento significativo do cus-

to de produção do leite, assim como do custo de produção de derivados; e

b) do ponto de vista do consumidor, esse aumento rebaixaria o nível da alimentação de imensas parcelas da população, o que repercutiria na necessidade de se elevar o custo de reprodução da força de trabalho.

Portanto, o capital tenta eliminar a propriedade da terra em termos econômicos, para que esta não faça subir o preço do leite, isso é, não se aproprie do valor excedente, o que provocaria a queda da taxa de lucro da produção em geral.

Assim, através básica e fundamentalmente da política de preços mínimos, se redefine a PPM determinando-a a transferir seu trabalho excedente para o capital. O papel do Estado nesse processo é fundamental, pois trata-se de impedir que a renda integre o preço de mercado do leite.

Trata-se de impedir que a propriedade da terra exista em termos econômicos Assim, o lucro excedente só poderá existir em casos fortuitos, e não mais devido à propriedade moderna da terra, de forma permanente.

Históricamente o leite C, e agora o especial, tem assumido esse papel de rebaixar o custo da reprodução da força de trabalho urbana e o custo de produção das empresas de laticínios. Daí esse produto ter sido preferencialmente produzido por pequenos proprietários de terra que não raciocinam segundo a lógica capitalista com vistas ao lucro, como é o caso do PPM.

Mas, ao mesmo tempo que a PPM aparece como a *condição* para o capital suprir a agroindústria não-produtora de sua matéria-prima, assim como para rebaixar o custo da reprodução da força de trabalho, por outro lado ela aparece como um *obstáculo* ao capital, uma vez em toda sua ambigüidade o PPM não faz desaparecer os três representantes das classes que definem a relação social capitalista: o proprietário, o capitalista e o proletário, o que, segundo Martins, "desvendaria a exploração de uns setores econômicos sobre outros e de umas classes sociais sobre outras" (1973: 15.16).

O ponto que ressaltamos aqui é o do PPM enquanto personificação do proprietário de terras, para estendermos o caráter determinado de sua existência ao conjunto das relações sociais capitalistas de produção dado pela mediação da renda da terra. E é por isso, que, junto com a questão da subordinação de seu trabalho ao capital, está a questão da subordinação da renda da terra ao capital.

Nas partes seguintes tentaremos mostrar os vínculos extralocais gerados pela produção e circulação da mercadoria. Mais especificamente, no capítulo 3, nos ateremos ao estudo de como se dá o processo de produção propriamente dito do leite C especial, de suas condições materiais e humanas de produção, procurando esclarecer quais seus pressupostos e limites, seu movimento contraditório, para melhor, entendermos a partir daí, como se dá o processo de subordinação do PPM ao capital.

CAPÍTULO III

O PROCESSO DE PRODUÇÃO MERCANTIL

Neste capítulo apresentamos e analisamos os elementos que configuram o processo de produção mercantil de leite C, processo esse configurado por relações não tipicamente capitalistas de produção, movido por produtores proprietários de seus meios de produção e por sua família, que produzem para sua própria subsistência ao mesmo tempo que para o mercado. De um lado, a unidade do trabalho com seus pressupostos materiais; de outro, a subordinação às leis do capital dadas pelas mediações da renda da terra, da troca, da mercadoria.

A força de trabalho familiar

O primeiro elemento do processo de trabalho considerado foi a *força de trabalho familiar* que o movimenta, a qual é basicamente constituída pelo pai e filhos maiores de 14 anos. Portanto, uma força de trabalho basicamente masculina, utilizada segundo seu valor de uso e desempenhando um trabalho útil e concreto, conforme o momento e a necessidade. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador, nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria.

Assim, a família é quem desencadeia as outras relações de produção, isto é, as práticas de ajuda mútua, o trabalho acessório, o trabalho assalariado etc.

As práticas de solidariedade

Assim além do trabalho familiar, a produção mercantil de leite C conta também com o trabalho dos produtores vizinhos, que, organizados em grupos, executam tarefas que a força de trabalho familiar, sozinha levaria dias para realizar. Essas práticas coletivas de ajuda mútua ainda fazem parte da vida do produtor mercantil de Catuçaba, apesar da individualização crescente entre seus moradores, o que as torna pouco freqüentes e pouco vigorosas. A mais comum entre elas é o mutirão para limpeza de pasto.

O fato é que as disciplinas coletivas, de modo geral, vão adquirindo conteúdos e formas novas, em direção a uma *solidariedade menos orgânica,* que já não está intimamente ligada à *organização* geral de seu modo de vida. Apesar disso, não se pode negar que as práticas de ajuda mútua sejam um elemento do processo de produção mercantil.

A força de trabalho assalariada

Por outro lado, um elemento presente nesse processo de produção mercantil é a força de trabalho assalariada, que complementa a força de trabalho familiar.

Isso nos colocou a questão da compreensão do assalariamento na unidade de produção mercantil, isto é, de por que ocorre e quem o pratica, e qual seu significado junto ao processo de produção estudado.

Assim, verificamos que o engajamento de braços auxiliares na força de trabalho assalariada se faz necessário para complementar a força de trabalho familiar, geralmente durante o tempo de serviço mais pesado, nas tarefas que exigem mais braços e são as mais demoradas, dispensados logo que não se tenha mais necessidade deles.

Em todos os casos observados, tratava-se de trabalhadores livres, em sua maioria volante diaristas.

Além disso, constatou-se que o assalariamento ocorreu quando as famílias não tinha filhos homens em idade de trabalhar, ficando, portanto, evidente que o trabalho assalariado tinha sua ocorrência ligada a determinados momentos do ciclo de existência da família, onde era a variável *tamanho da família* que provocava a necessidade de contratação de trabalhadores.

Assim, podemos concluir que não se verificava o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho. Aliás, a forma salário, ou melhor, a soma gasta em dinheiro no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar. Achamos, portanto que sua ocorrência não prejudica a tese de que o processo de produção mercantil é configurado por relações não-capitalistas de produção.

Sua presença evidencia, sim, a diferenciação no seio do próprio campesinato, uma vez que de modo geral esses trabalhadores, livres de toda propriedade, a não ser de sua força de trabalho, foram no passado "camponeses", muitos deles ex-produtores de leite. Evidencia ainda que o "antagonismo de classes existentes entre explorador e explorador", como diz Kautsky, penetra na aldeia e no próprio lar do camponês, destruindo a antiga hamonia e a antiga comunidade de interesses (1968:31).

O trabalho acessório do pequeno produtor mercantil

Quanto ao trabalho acessório do PPM de Catuçaba e seus filhos, verificamos que ele é praticado para suprir a crescente necessidade de dinheiro.

É pouco freqüente e geralmente se verifica em unidade produtivas com um contigente maior de força de trabalho familiar, o que permite a liberação de um ou de alguns de seus membros temporariamente, no momento em que o processo de produção de leite exige menos braços.

Em *todos* os casos encontrados, o motivo da prática do trabalho acessório foi a *necessidade objetiva* de complementar a *renda familiar.*

Verifica-se, assim, um processo de proletarização desses camponeses que reduz suas famílias, atirando ao mercado o *excedente de sua força de trabalho* familiar, assim como o *excedente de sua própria capacidade de trabalho,* isso é, do trabalho que produz leite, fazendo com que parte dessa capacidade seja buscada em outro tipo de trabalho.

A propriedade da terra

Quanto à propriedade da terra, das unidades produtivas estudadas, temos que, com exceção de dois casos, todos são proprietários.

Essas duas exceções — que, conforme discutimos, fora o fato de evidenciarem diferenciações no seio da categoria social em estudo, assim como algumas tendências à "expropriação sucessiva" a que muitos estão determinados — não prejudicam a tese de que no processo de produção mercantil de leite C a propriedade da terra é um elemento fundamental.

Quanto à reprodução da propriedade privada da terra, vimos que a herança é a forma tradicional de reprodução. A compra ocorre entre os que conseguem acumular algum dinheiro para complementar a parcela de terra obtida por herança, ou então como troca de propriedades. Muitos dos que não conseguem comprar têm diante de si a alternativa limitada de reproduzir-se como condôminos, até que a unidade de produção não tenha sua capacidade de reprodução ameaçada pelo aumento das unidades de consumo na família, colocando-os como população excedente. Isto é, colocando-lhes então como alternativa a necessidade de migrar e sua transformação em trabalhadores assalariados na maioria das vezes.

Quanto à forma de ocupação das terras na área em estudo, ela foi basicamente legal ou reconhecida como tal.

O tamanho médio das propriedades é de 30 alqueires ou de 65 ha aproximadamente, correspondendo aos estratos de áreas menores do município e que até 1975 correspondia a 50% de seus estabelecimentos. Se de 1975 a 1980 se acentua o processo de concentração de propriedades, esse processo parece não atingir a produção mercantil de leite C especial, a não ser excepcionalmente. O fato é que o processo de concentração de propriedades se dá ao lado do de-

senvolvimento das pequenas unidades de produção, evidenciando a força destas ou, em outras palavras, evidenciando uma oscilação constante entre os processos da pequena e os da grande exploração, assim como o vigor e a importância da força de trabalho familiar e, conseqüentemente, da pequena produção mercantil no interior do modo de produção do capital.

A propriedade dos meios de produção

Além da propriedade da terra, os produtores de leite de Catuçaba são proprietários também dos outros meios de produção.

Com exceção da parte do rebanho que se reproduz naturalmente e de parte do alimento fornecido ao gado, o restante é adquirido no mercado.

Conforme verificamos, a mecanização é muito pouco utilizada, o que leva à caracterização de que os meios de produção nas unidades de produção mercantis não passam de "simples extensão do braço humano" (TAVARES DOS SANTOS, 1978:59).

Do mesmo modo, a utilização de insumos se restringe ao necessário e seu emprego se dá de forma intermitente.

Os rendimentos negativos da atividade repercutem numa limitação da faixa de decisões para o produtor, e, portanto, numa redução dos custos de produção, uma vez que a adoção de práticas modernas, apesar de rentáveis, aumentariam o custo unitário do leite.

Assim, tanto a modernização técnica quanto a modernização das relações sociais de produção têm limites concretos.

A indústria doméstica de derivados de leite

Entre os produtores mercantis de Catuçaba, a produção de derivados de leite — prática que já foi bastante intensa na região e uma das vias mais importantes pelas quais os produtores mercantis conseguiam se apropriar de parte de seu trabalho excedente — foi

praticamente dissolvida a partir do momento em que o Ministério da Agricultura estabeleceu, a partir de 1967, normas para a produção de derivados

Dá-se, então, a dissolução da pequena indústria doméstica dos pequenos produtores mercantis e a sua determinação em se transformarem em produtores especializados, em pecuaristas puros. Esse processo se estende a todos os seus ramos de produção, desde os instrumentos de trabalho antes produzidos na própria unidade de produção até as roupas etc., antes manufaturados por eles mesmos. E, por outro lado, crescem os vínculos dos produtores mercantis de leite C com a aconomia capitalista; cresce a sua necessidade de dinheiro; desenvolve-se e cresce a sua exploração pelo capital.

A produção direta da subsistência

O pequeno produtor mercantil de leite possui ainda diretamente, em seu produto, uma parte de sua subsistência. Portanto, nem o conjunto de sua atividade nem todo o seu produto são dependentes da troca. Aliás, tem sido através da produção direta do leite e de outros meios de subsistência que, como observou Tavares dos Santos, "absorvem os rendimentos negativos de sua produção mercantil" (1978:64).

Entretanto, quanto mais o valor de troca vai penetrando em cada dimensão da vida do pequeno produtor de leite, transfigurando cada um de seus elementos, mais aumentam as *tensões* entre a necessidade de produzir diretamente os meios de subsistência e os impedimentos ao desenvolvimento dessa produção doméstica (p. 153).

O comércio de gado

Entre os produtores mercantis de Catuçaba, a prática da venda dos animais excedentes aos de produção, isto é, a venda dos machos, é bastante comum, uma vez que a reprodução desses animais se dá através de um processo natural. As formas em que ocorre tal circulação são, no entanto, diversas, bem como o seu significado.

O primeiro tipo de comércio refere-se à venda de bezerros logo que desmamam ((geralmente uns sete dias após seu nascimento),

a preços freqüentemente irrisórios, como uma forma de limitar as despesas com alimentação do rebenho. Com o dinheiro adquirido compram meios de subsistência necessários à reprodução da família, verificando-se assim uma forma simples e imediata de circulação (MDM).

No segundo caso, vende-se o gado formado para corte[2], sendo que as possibilidades de conseguir melhores preços é maior. Há casos em que essa via é uma fonte considerável de receita, criando a possibilidade de se verificar uma reprodução ampliada do processo de produção. Só que, conforme verificamos, parece não ser uma possibilidade permanente, mas fortuita.

Características da produção propriamente dita

Neste item dicutimos alguns aspectos do modo como os pequenos produtores mercantis empregam os meios de produção de que dispõem, a partir de algumas informações sobre o manejo da alimentação, da reprodução ou do rebanho de modo geral, assim como do manejo das pastagens e da capineira, na tentativa de inferir o grau de desenvolvimento das forças produtivas empregadas e de contribuir para a discussão da baixa produtividade de até onde é um resultado de um desenvolvimento limitado das forças produtivas empregadas ou um presuposto desse ramo de produção, haja vista a política perversa de preços mínimos, que institucionaliza a transferência de renda da terra e de trabalho excedente para o capital industrial.

Jornada de trabalho

Os elementos que compõem o processo de produção mercantil de leite C se combinam em uma jornada de trabalho que varia não só de acordo com a época do ano mas também entre os próprios produtores.

O que se verificou é que, no processo de produção estudado, a jornada de trabalho da força de trabalho familiar que basicamente o move é mais intensa que a jornada de trabalho da maioria dos trabalhadores da região. Marcada por um desempenho intenso e

2 No primeiro nem sempre o destino do gado é para esse fim.

constante, uma vez que o ciclo de produção de leite é diário, baseia-se numa exploração extensa da força de trabalho familiar, numa exploração absoluta do trabalho e do sobretrabalho do PPM.

Com isso a margem de lazer vai sendo reduzida, assim como diminuem, devido à sobrecarga de trabalho, as práticas de ajuda mútua e de trabalho acessório, levando por sua vez a uma individualização crescente das relações sociais.

As raízes dessa jornada de trabalho extensa estão nas formas subordinadas em que se dá a relação do PPM com o processo global de criação e distribuição da riqueza — mais concretamente, de sua subordinação ao capital industrial.

A produção simples da produção mercantil

Neste item apresentamos a situação econômica nas unidades produtivas de Catuçaba, começando por uma análise da composição das despesas. Verifica-se que nas despesas monetárias os gastos mais elevados são os que remuneram seus elementos constantes ou permanentes (trato do gado e da terra, carretos, obrigações sociais e impostos e taxas, sendo que só os três primeiros correspondem a 60% do total das despesas). Seguem-se os gastos ocasionais com compra de animais e contratação de força de trabalho assalariada.

Quanto à receita, a venda de leite é seu componente principal e permanente, sendo que os outros, secundários (venda de animais, de derivados leite, que ocorreu só em um caso, aluguel de pasto, retorno da cooperativa etc.), a complementam de forma variável e fortuita.

Em seguida tomamos a contabilidade nas unidades produtivas de Catuçaba para tentar inferir qual o tipo de reprodução que se dá no processo de produção mercantil de leite C especial. O resultado monetário aparece como negativo em cinco casos, sendo que em apenas três ele é maior que quatro salários mínimos correspondentes. Em sete é inferior a um salário, em doze varia de menos um a dois salários, em três varia de três a quatro.

Subtraindo desse saldo, acima obtido, o correspondente ao orçamento familiar e admitindo como hipótese que a cada unidade de força de trabalho familiar corresponde um salário mínimo regional

equivalente, chegamos ao cálculo do preço mínimo dessa força de trabalho e a um segundo saldo estimado, correspondente ao que efetivamente sobraria para a reprodução da atividade leiteira. Chegou-se a um saldo negativo em quase todas as unidades produtivas, que correspondem a uma variação de —3,3 a 1,5 salários mínimos em 21 unidades produtivas estudadas, e a 4,7, 7,4 e 7,5 salários mínimos nas 3 restantes, o que mostra quão restritas são as condições de reprodução do processo de produção mercantil e da família desse pequeno produtor.

Ressaltam-se, entretanto, dois casos em que houve aplicação produtiva de parte da receita percebida, fruto do dinheiro obtido da venda de animais, o que nos levou a considerar que se tratava de uma reprodução do processo de produção numa escala ampliada. Nesses casos, o dinheiro não figurou como simples meio de troca para a compra de meios de subsistência, como em todos os outros casos restantes. Mas apareceu no fim do processo, aumentado, sendo suficiente para repor as despesas com a subsistência do pequeno produtor e sua família e ainda ser investido no processo de produção. Em um caso na compra de gado e no outro na compra de terras, ampliando assim suas bases materiais. Portanto, figurando como capital e verificando-se uma reprodução ampliada do processo de produção nessa forma mais desenvolvida da circulação (DMD).

Entretanto, ainda que reconheçamos o importante significado dessas duas ocorrências e do que evidenciam enquanto contradições e tendências possíveis; pelo seu caráter fortuito, não-permanente, não a consideramos como representativa das unidades de produção estudadas, mas como formas secundárias ocasionais de circulação. Assim, apoiando-nos nas unidades produtivas restantes, continuamos nossos conclusões.

Desse modo, pode-se concluir que se trata de um processo de reprodução simples de mercadorias, isto é, de uma forma imediata de circulação, em que o dinheiro figura como mero meio de troca para viabilizar a troca de mercadoria por mercadoria. Vende-se o leite para, com o dinheiro adquirido, comprar mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho do produtor de leite e de sua família. O dinheiro representa então, com relação à mercadoria leite, o seu preço, e não um fim em si mesmo.

Essa forma de circulação, em sua simplicidade, apresenta-se como troca quantitativa que visa equiparar reciprocamente as merca-

dorias como valores de troca e tende a aniquilar o valor de troca na medida em que se volta para o valor de uso.

Issi significa que no processo de trabalho mercantil se verifica a simples reprodução do processo de produção na mesma escala. Daí a reposição dos meios de produção e da força de trabalho envolvidas no processo não se dar exclusivamente pela troca monetária, mas também pela produção direta da subistência, pelas práticas de ajuda mútua etc. No entanto, trata-se de reprodução simples, vinculada à reprodução ampliada do capital.

Assim, o processo de produção mercantil de leite se movimenta sob a tensão definida pelas contradições entre as condições objetivas internas e externas à unidade de produção mercantil e entre estas e as condições subjetivas de produção.

Essas contradições se expressam como relações não-capitalistas de produção, mas subordinadas ao modo de produção do capital; como trabalho não-assalariado, mas como trabalho para o capital; como trabalho não-universal, mas não como laboriosidade do indivíduo; como processo de troca do leite, não com vistas ao valor de troca, mas como modo de vida e de produção cada vez mais dependentes do dinheiro. Isto é, como tensão entre o caráter *determinado natural* de toda objetivação do indivíduo posto em uma *determinação social* que lhe é externa.

CAPÍTULO IV

A TROCA COMO MEDIAÇÃO QUE SUBORDINA A RENDA DATERRA E O TRABALHO DO PEQUENO PRODUTOR MERCANTIL AO CAPITAL

Neste capítulo procuramos ver quais as condições que levam o processo de produção mercantil de leite C a realizar-se como um processo de reprodução simples de mercadoria. Ou seja, quais as condições em que se dá a troca do leite com a capital, como através da mediação da troca se subordina a renda da terra e o trabalho do pequeno produtor mercantil ao capital. Procuramos mostrar que a forma pela qual a renda da terra determina o trabalho do pequeno produtor mercantil ao capital, se dá enquanto *determinação* da *circulação*, isto é, na troca do leite com o capital o conteúdo dessa troca, assim como sua *forma* (por ex., a política de preços para

o setor), estão determinado pelo significado ou pelo caráter dessa forma moderna que a propriedade da terra assume no sistema capitalista de produção.

Como os pequenos produtores diretos de leite de Catuçaba controlam, até certo ponto, o seu próprio processo direto de produção — uma vez que são proprietários da terra e dos outros meios de produção que, trabalhando para si mesmo e vendendo seu próprio produto, personificam ao mesmo seu próprio "terrateniente", seu próprio empresário e seu próprio operário —, o caráter social determinado de seus trabalhos privados *só se manifesta* através das relações que a *troca* estabelece entre os produtos de seus trabalhos e através dele (do leite) entre os pequenos produtores mercantis e o capital (VIGOR e COMEVAP).

Um rápido histórico da indústria leiteira no Vale do Paraíba

Primeiramente procuramos mostrar, através de um rápido histórico da indústria leiteira no Vale do Paraíba, como, ao lado da regressão de suas áreas rurais, se criavam as condições para o nascimento e a consolidação da indústria de laticínios na região. De como vão surgindo e se consolidando oligopsonios mercantis[3] ao mesmo tempo que se inicia lentamente um processo de destruição da indústria doméstica rural, na medida em que a quantidade de leite oferecida no mercado se torna cada vez maior e vai se dando a constituição dessa indústria de laticínios. Assim, mostramos alguns aspectos das transformações que ocorreram desde a constituição dessas indústrias para cá, inclusive das cooperativas e de sua forte tendência oligopólica neste setor, para compreendermos melhor como se configura atualmente a relação do pequeno produtor mercantil com o capital.

As relações produtor mercantil-indústria

Neste item procuramos apreender como se dava essa relação.

No início através de intermediários produtores, passando mais tarde a se dar diretamente com a indústria, sem a figura do inter-

3 Estrutura de mercado em que há apenas um reduzido número de compradores, que se aproveitam da velocidade de crescimento da demanda de leite numa situação de extrema fragilidade financeira e comercial dos produtores.

mediário, configurando-se a fusão do capital comercial com o capital industrial.

Mostramos também como se dava essa relação através do funcionamento da coleta de leite — que é uma das expressões da *relação de dinheiro* que envolve o produtor mercantil e a indústria, baseada em regras unilaterais.

Em seguida, vimos como as relações de troca produtor mercantil — indústria são reguladas pelos preços mínimos.

Considerando que toda a prática da indústria de laticínios depende do leite, e considerando a participação majoritária do custo da matéria-prima na composição do custo industrial do leite fornecida pela COMEVAP, deduz-se que "a rentabilidade do capital nesse setor da indústria alimentar depende diretamente das condições de troca em que se realiza a compra da matéria-prima, pois ela é o item que mais vai pesar nos custos" TAVARES DOS SANTOS, 1978:93).

Item importante e essencial da alimentação da classe trabalhadora, o leite tem seus preços determinados pelo Estado, que a tabela segundo critérios que nem sempre levam em conta os preços de produção nas piores condições de trabalho (preços de produção individual). Assim, esses preços são, na maior parte dos casos, inferiores não só a seus preços de produção como a seus custos de produção.

Com o tabelamento, o Estado *impede* que os preços do leite sejam definidos com base na lei da concorrência, eliminando a propriedade da terra em termos econômicos e com isso a possibilidade do lucro extraordinário, e determinando como fortuita a possibilidade do lucro médio. Assim, se na produção capitalista o lucro médio é o regulador da produção em geral, não o é na produção mercantil de leite C "especial". A margem de lucro ficará restrita, sim, aos leites tipo A e B, aos derivados do leite, especialmente aos produtos "de luxo", os iogurtes, requeijões etc., uma vez que não há restrição quanto aos preços de mercado.

Além de tudo isso, como só os preços do leite C não têm crescido em termos reais, além do fato de os produtores de leite receberem 45 dias depois de fornecerem a matéria-prima, os reajustes

dos preços do leite estão constantemente me defasagem com os preços dos insumos.

As condições de compra do leite

Analisando-se especificamente as condições de compra do leite determinadas pelo Estado — que através da SUNAB estabelece o sistema de cotas,[4] estabelece quem paga o transporte do leite até o mercado, além de outras imposições na comercialização do produto —, fica claro que o produto é mero acessório desse processo, cuja objetividade é dada pela relação social capitalista mais ampla, não como relação de colaboração, mas como apropriação de seu trabalho. Fica claro que se trata, desde logo, de trocar *menos dinheiro* por *mais dinheiro,* e que tudo se movimenta tendo como base a transformação do seu trabalho em capital e a acumulação de capital ao longo desse processo.

O resultado da troca

Neste item ressaltamos o caráter da troca enquanto mediação da subordinação da pequena produção mercantil ao capital, ou melhor, da troca enquanto mediação da reprodução das relações sociais capitalistas de produção.

Como resultado de todo esse processo que mencionamos, o pequeno produtor na troca com a indústria não possui em forma de dinheiro o que antes tinha em forma de mercadoria. Daí que seu dinheiro não se converte em capital. Aliás, essa troca desigual é o pressuposto mesmo da troca entre a indústria e o produtor mercantil.

Assim, se o capital subordina a renda da terra e o trabalho do pequeno produtor mercantil sem transformar seu processo de trabalho, é na esfera da circulação que se desvendam as bases dessa submissão.

4 Que, por trás de uma intensão aparente de regularizar o fornecimento da matéria-prima, implica uma desvalorização brutal do leite para o produtor, pois tudo o que exceder a cota será paga a um preço menor, independentemente do trabalho contido nesse excesso sobre a cota.

Aqui se dá, até certo ponto, o contrário da produção com base na relação social clássica capitalista, na qual a esfera da circulação ilude a exploração que se desvenda na sede da produção — pois o produtor mercantil continua proprietário da terra e dos outros meios de produção.

É, portanto, *na troca* entre produtor mercantil e indústria que se *revela* a *exploração*

Assim, a *autonomia aparente* do processo de produção mercantil frente ao capital fica abolida. E o leite passa a se apresentar como produto separado do trabalho mesmo, isto é, como produto de trabalho alheio, embora isso não apareça *imediatamente,* uma vez que, no processo de produção de leite especial, o capital não entra enquanto tal.

As crises do leite e as crises do processo de produção mercantil

Finalmente, discutimos no capítulo IV como, em conseqüência do caráter do desenvolvimento social da produção no capital, em que se dá a transformação dos produtos em puro valor de troca, e a separação da troca nos atos de compra e venda reciprocamente independentes, ocorrendo então a *autonomização da troca com relação à seus sujeitos* — discutimos como essa troca entre produtor mercantil — indústria de laticínios — consumidor acaba sendo determinada por leis e motivos diversos e conflitantes, e que, portanto, podem incorrer nas maiores contradições.

Assim, o leite não escapa a esse processo, uma vez que o *nexo* que une o produtor mercantil e a indústria se constitui na dependência mútua e generalizada, mas entre indivíduos reciprocamente indiferentes. Daí a ocorrência de crise tanto de venda (ou de realização do produto) como de abastecimento (falta do produto).

Geralmente, o que existe é a falta de leite por "falta de preço", e a crise do preço do leite é a que mais afeta o produtor. Mas o fato é que as crises afetam sempre o produtor e o consumidor. Este aparece como um terceiro elemento, que os outros dois ignoram.

Quanto ao PPM, apertado entre os preços do leite e o custo dos meios de produção necessários à sua reprodução e à de sua fa-

mília, não lhe restam muitas opções se não vender sua força de trabalho temporariamente, realizando um trabalho acessório além do despendido em sua propriedade; ou reduzir a força de trabalho na unidade produtiva de leite liberando algum filho que migra em busca e melhores condições de vida (pondo-se, portanto, como população excedente na unidade produtiva mercantil); ou, enfim, reproduzindo-se como explorado, num processo lento e mudo de "expropriação sucessiva" que revela a crise do processo de produção mercantil, também produzida e reproduzida pelo capital[5].

CAPÍTULO V

A ATERRITORIALIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DA TERRA CE DE TRABALHO DO PEQUENO PRODUTOR MERCANTIL PARA O CAPITAL

O espaço contraditório

Nesta parte partimos da discussão do caráter social do processo de produção de leite C para chegarmos à questão da territorialização de tal processo.

Nossa preocupação era que essas reflexões pudessem contribuir ou revelar — mais do que a materialização do conjunto das atividades prático-sociais que configuram a formação social capitalista — as tendências das unidades territoriais, sua inércia e sua pulsação, suas transformações e sua *relação* com a *reprodução* das *relações sociais de produção,* assim como com sua negação.

Acreditamos que a discussão do espaço enquanto *materialização,* isto é, só enquanto *produto* ou objetivação do social, é insuficiente, porque, se não temos ficado no nível da descrição empírica — que corre o risco de não captar o espaço enquanto relação social —, acabamos tratando-o como reduzido a mero produto e até certo ponto separado do social.

Por outro lado, achamos também que não se trata de reduzí-lo a mero instrumento a serviço da classe dominante. Embora o que se constata é que cada vez mais se aperfeiçoa uma economia política do espaço.

5 Essa crise do processo de produção de leite especial repercute numa nova crise de abastecimento do leite, que por sua vez torna a beneficiar a produção capitalista de leite B.

Entendemos que o espaço encerra e oculta uma relação social que se revela enquanto processo de apropriação territorial, envolvendo um movimento em que se põe ao mesmo tempo como pressuposto (trabalho materializado no espaço) e enquanto resultado, produto da práxis. Que faz parte das atividades prático-sociais, ao mesmo tempo que as revela, em um espaço complexo, desenvolvido desigualmente, onde forma e conteúdo se articulam sob as determinações do modo capitalista de produção, garantindo, até certo ponto, a reprodução das relações sociais capitalistas de produção. Até certo ponto, porque o fato é que não se dá de maneira direta e sem tensões, e nem como mero reflexo, a relação entre processo de reprodução do capital e processo de produção do território. Entre um processo e outro há *mediações,* entre as quais aquelas postas pela reprodução da força de trabalho, pela propriedade da terra etc.

A questão é captar o significado novo do espaço dentro da totalidade "espaço-tempo diferencial", como costuma dizer LEFEBVRE, na medida em que se possam analisar as "contradições do espaço dentro da sociedade", e não só as contradições da sociedade no espaço; para que se possa desvendar o virtual que o espaço oculta e revela. Uma vez se evidencia cada vez mais um espaço ativo, dividido, o "espaço das necessidades filtradas e cifradas" (LEFEBVRE, 1976:125), cuja função na constituição da totalidade social é crescente. A própria localização passa a ter uma importância cada vez maior na socialização das forças produtivas.

O que procuramos foi apresentar alguns pontos que contribuem para o estudo da territorialização da questão que nos propusemos estudar — a reprodução das relações sociais capitalistas de produção através da subordinação da renda da terra e do trabalho do pequeno produtor mercantil ao capital —, do que manifesta e do que esconde.

Como vimos, apesar de uma aparente autonomia do pequeno produtor mercantil, o caráter social de seu trabalho é evidenciado pela própria articulação desse trabalho ao dos motoristas de caminhão, e destes ao dos operários da indústria de laticínios etc. Isto é, o caráter social da produção do leite *in natura* fica transparente quanto se toma o ciclo do leite como um todo, em que em cada processo de produção simples, o valor de uso do produto leite foi conservado e aumentado (tornado mais adequado ao consumo), graças a vários trabalhos que se sucederam em diferentes espaços e tempos.

É evidente a espacialidade de tal processo.

Torna-se claro que o conjunto dos produtores de leite respondem por uma das etapas do processo de circulação — como fornecedores de leite *in natura* às usinas — e que é através do território que se dá esse processo. Nele se configurando um conjunto de relações determinadas que também são relações territoriais que definem processos territoriais, a partir dessas relações, que se sucederam aos anteriores. Surgem as "linhas de leite", com base nos caminhos anteriormente utilizados, redefinem-se os bairros rurais, ambos aproveitados segundo um valor de uso que muitas vezes não tinham, ou não era predominante. A esses elementos se combinam outros, como a usina regional, as rodovias pavimentadas que as ligam até as usinas centrais de beneficiamento propriamente dito do leite, e desta aos mercados, através de outros tantos e específicos elementos, que cobram cada um a sua espacialidade e o seu papel.

Surge uma totalidade nova, onde os processos territoriais se configuram enquanto momento dessa totalidade — o todo tempo espaço diferencial.

Os bairros vão perdendo sua importância enquanto estrutura fundamental das relações sociais locais, ao mesmo tempo que as "linhas de leite" se tornam supersignificativas. No entanto mais do que favorecer uma ampliação do universo das relações do pequeno produtor mercantil e uma possível ampliação de sua apropriação da riqueza social e, dentro dela, do território, *a "linha de leite" tem revelado a separação do habitante do campo em relação a seu próprio espaço, e, mais do que isso, a perda pelo indivíduo de sua própria identidade.*

A vida dos moradores de Catuçaba, dos produtores mercantis e de sua família, assim como das famílias do assalariado, vai perdendo cada vez mais sua autonomia, passando a depender de novas esferas de relações.

Mas a sociabilidade vicinal, o auxílio mútuo, as atividades lúdico-religiosas, o sentimento de localidade vão sendo pouco a pouco substituídos pela indiferença recíproca. E, nesse sentido, a "linha de leite" vai desempenhando um papel crescente, *unindo* o produtor

mercantil à indústria de laticínios, unindo os habitantes do campo à cidade, e *desunindo-os* ao mesmo tempo.

É nesse sentido que afirmamos que se vai configurando um território unindo-desunindo, que revela, acima de tudo, a separação sobre o espaço de todos os elementos e aspectos da prática social, ao mesmo tempo que contribui para sua mistificação.

Define-se um processo de apropriação desigual do território, em que o território participa cada vez mais de uma totalidade nova, que tem como motor a reprodução das relações sociais de produção. E o importante a ressaltar é que as diferenças, a apropriação desigual, a separação implicam cada vez mais uma localização. Daí acreditarmos que a questão territorial reveste uma importância crescente, ligada não só às condições de reprodução das relações sociais de produção como às sua negação.

A troca desigual é, pois, o pressuposto, tanto teórico como prático, para que a acumulação setorial e regional possa crescer. Assim, as diferenças constituem a resposta capitalista ao problema do crescimento, inclusive as diferenças territoriais.

O que nossa investigação do processo de produção mercantil de leite C evidenciou foi o conjunto das determinações que viabilizam justamente a transferência de renda e o trabalho excedente dos PPMs para o capital, evidenciando a *espacialidade* do conceito de composição orgânica do capital, como ele corresponde a algo concreto, ao território, tanto enquanto processo como enquanto resultado que se dá *no* espaço e *com* o espaço.

A região do Alto Paraíba e a crise

É dentro desse contexto que norteamos nossas reflexões sobre a região do Alto Paraíba e de seu papel enquanto território de produção de leite C, neste item.

O que se constatou é que, de modo geral, o conjunto dos processos sociais que configuram a vida, em todas as suas dimensões (especialmente a econômica política), de grande parte dos trabalhadores na maioria dos municípios do Alto Paraíba está ritmada pelas contingências e crises ligadas à produção de leite C.

Por outro lado, parece-nos ser correto que o processo de subordinação sofrido pelos produtores mercantis de Catuçaba pode generalizar-se, até certo ponto, para o conjunto da região, inclusive no caso da pequena produção agrícola propriamente dita.

Assim, parece verificar-se *em bloco*, isto é, na região do Alto Paraíba, um processo de transferência de renda da terra e de trabalho excedente para o capital (para as mãos de poucos grupos cada vez maiores (Vigor e Leite Paulista, por exemplo), viabilizando um processo particular de reprodução do capital basicamente através de relações não-capitalistas de produção, e que se realiza mediante vários mecanismos:

— tabelamento dos preços do leite C, sem nenhuma margem de negociação com os produtores; portanto, imposição de preços pela burguesia comercial-industrial através da mediação do Estado (SUNAB);

— estabelecimento de padrões e normas para produção do leite C e de derivados também pelo Estado (SIPA);

— estatuto da cooperativa regional de leite subordinado à Cooperativa Central e sujeito a manipulação;

— esvaziamento político dos sindicatos rurais;

— abrangência parcial do estatuto do trabalhador rural, que não garante um padrão justo de vida e de trabalho aos mesmos etc.

Define-se uma aliança de classes em que, apesar de o pequeno produtor mercantil ser um objeto em todo esse processo, isso não resulta necessariamente numa falta de coesão. A sua própria ambigüidade enquanto trabalhador e proprietário é o limite de sua expressão.

Por outro lado, pelo próprio esquema de subordinação em que se baseia tal processo, ele tem levado à intensificação da diferenciação do próprio campesinato e ao acirramento das contradições no seu interior.

Assim, o que verificamos é que a produção não tipicamente capitalista de leite C está determinada a reproduzir-se enquanto reprodução simples de mercadorias e sujeita a uma prolongada sucessão de crises de produção, que, se não desestimulam a produção, estabelecem mais nitidamente as distinções com a produção capitalista de leite B.

E o que Catuçaba e a região do Alto do Paraíba revelam em termos de tendências parece ser, por enquanto, mais a permanência — a inércia, o conformismo, outras vias que não a política para superar as crises em todas as suas dimensões — do que o estalar de sua negação.

Fica a esperança no virtual que está presente.

CAPÍTULO VI

ESPAÇO E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Neste capítulo discutiremos alguns aspectos das condições de vida dos moradores de Catuçaba, para desvendar o que são algumas das diferenças ao nível do corpo vulnerabilizado, privado. E, ao mesmo tempo, para retomar a reflexão sobre o que esse corpo é capaz (agora enquanto corpo social), em relação ao virtual.

Na primeira parte tentamos reconstituir a gênese de Catuçaba e seu posterior desenvolvimento. E o que se evidenciou desde o início foi uma história marcada pelas desigualdades.

Se, num primeiro momento, Catuçaba podia ser identificada como o espaço dos "sem terra" — espaço que os abrigava e os reproduzia enquanto expropriados e como força de trabalho cativa —,aos poucos o núcleo vai sendo ocupado também por proprietários de terras,em sua maioria criadores de gado de leite.

Se Catuçaba, na sua gênese, já esboçava uma diferenciação social, as condições subseqüentes trataram de acentuar essa estratificação. Assim, vai se tornando insignificante quanto às causas que lhe deram origem — um lugar para os "sem terra" e supersignificante com respeito aos novos sentidos que vão lhe conferindo a sua inserção cada vez maior no mundo da mercadoria.

Sem contar os fatores subjetivos, que também conferem importância aos atributos oferecidos pela centralização: o encontro, a reunião e a simultaneidade.

Assim, se antes, especialmente no caso do bairro rural, o todo consistia numa espécie de organismo autônomo, já não se pode dizer o mesmo da vila de Catuçaba. Aqui, apesar da proximidade, o *todo* consiste em *suas partes*. É que, como mostramos, Catuçaba nasceu da e com a desigualdade. Em conseqüência, Catuçaba aparece como uma *reunião,* e não como *união;* como acordo entre indivíduos autônomos, e não como unidade. Mas como reunião da desigualdade — de um lado os proprietários, e do outro os "sem terra". E nevela como essas diferenças, essas contradições estão na base mesma em que se produz e se reproduz o conjunto das relações sociais da sociedade capitalista.

Enquanto reprodução das desigualdades, Catuçaba revela ainda o fetiche do cotidiano, no sentido do que *antes* era um elemento que tinha uma função na chamada "sociedade caipira", tinha um sentido brotado organicamente dela, como a *margem de lazer,* por exemplo, que vai se transfigurando, se transformando na ideologia do *não-trabalho.*

Por outro lado, apesar de a "comunidade" ter se transformado em toda a sua dimensão cultural, ela ainda funciona como importante força produtiva, tanto objetiva como subjetivamente. No entanto, o que esse apelo à "comunidade" revela é o próprio caráter *limitado* do desenvolvimento das forças produtivas. Pois, como mostramos na parte seguinte, através das condições de vida dos trabalhadores de Catuçaba, o processo de transformação do qual são personagens não tem se revertido em conquistas para esses homens e suas famílias.

A crise e as condições de reprodução da força de trabalho

Como diz Antonio Candido, "coloquemos a questão no plano da subsistência, pois é nele que se inscrevem quase todos os atos e pensamentos" da vida desses trabalhadores sem margem para outras aplicações" (1979:131).

A fim de melhor compreender a questão da subsistência entre os produtores de leite C, resolvemos discutí-la também entre os não-produtores de leite.

Num primeiro momento, a terrível condição de vida das famílias dos assalariados nos faz aparecer como relativamente amena a situação entre os produtores de leite. Fato que, de certa forma, revela uma oposição fundamental entre os dois grupos, posta pela propriedade privada das condições materiais de produção por parte dos produtores de leite e pela não-propriedade por parte dos assalariados. Ou seja, como surge uma diferenciação levada a cabo a partir dessa base jurídica e prática da propriedade da terra.

Entretanto, a *relação* entre os produtores mercantis de leite e os não-produtores não se *reduz* à sua oposição. E, se é certo que a miséria e a fome permeiam a vida dos assalariados, também é verdade que a existência dos PPMs de leite se reproduz, de modo geral, segundo mínimo vitais e sociais.

O fato é que a questão da subsistência é dinâmica e histórica, isto é, muda em função de um novo limite das necessidades, definido *objetivamente* sempre a partir de novas condições de vida e de trabalho, e subjetivamente a partir de novos padrões e normas impostos pela sociedade existente.

O que constatamos é que, do ponto de vista das condições de vida dos dois grupos considerados, ambos passam a fazer parte de um amplo bloco de classes sociais — dos privados em sua maioria e por isso mesmo dos que podem contestar.

Em vários aspectos, o que encontramos foram diferentes graus de privações, onde os dois grupos se alimentam, se vestem e habitam de maneira específica, porque trabalham de maneiras específicas, socialmente determinadas.

No caso da alimentação, o que se verificou foi uma monotonia alimentar vivida entre os dois grupos, com evidências de privações qualitativa (e inclusive quantitativas), como uma resposta que esses homens têm encontrado frente à desvalorização de seus trabalhos. Se, para a maioria dos produtos de leite, os dados parecem nos mostrar que experimentam uma alimentação próxima a um mínimo vital (*i.e.*, apenas suficiente para sustentar sua vida), para os assalariados pode-se falar em fome no sentido rigoroso da palavra.

Quanto ao fato de a venda "fiada" de alimentos ser muitas vezes negada aos assalariados, ele mostra quanto o direito à sobrevivência é ostensivamente um monopólio só de uns, e quanto é regido pelo valor de troca em toda sua extensão e profundidade.

As condições de saúde repetem as mesmas revelações.

Chamou-nos a atenção a pirâmide populacional de Catuçaba, que por si só reflete bem, pela sua estreita base, especialmente as faixas de 0 a 4 e de 5 a 9 anos, a alta mortalidade infantil na área em estudo, resultado das condições econômicas precárias da maioria da população.

Quanto ao vestiário, apesar de diferenças entre os grupos, observou-se o quanto é regulado pelo valor de uso e pela parcimônia no dois casos.

No consumo dos bens duráveis não foge às mesmas evidências, e o mesmo se verifica quanto à habitação, em todos os aspectos analisados, mostrando, nos dois grupos, o quanto as conquistas fundamentais da técnica e da divulgação intelectual, da higiene, da civilização de modo geral, não têm sido socializada. Isto é, não têm contribuído para criar novos mínimos vitais, a não ser de uma maneira *privada.*

O caso particular do consumo dos chamados "bens coletivos", que se transforma cada vez mais na questão de sua apropriação privada, torna evidente o papel do Estado na produção e distribuição desses serviços. Como não só diretamente, através da determinação dos preços do leite C, da determinação dos salários, quanto através dos ditos "salários indiretos", o Estado regula a relação capital-trabalho.

Quanto ao consumo dos serviços que adestram a força de trabalho, modificando-a, dando-lhe uma forma mais especializada, isto é, o serviço do professor da escola, vimos quão pouco a educação faz parte da *produção dos trabalhadores* em estudo e de suas famílias (53% da população de Catuçaba tem no máximo o primário completo).

A alta seletividade do nosso sistema educacional, evidenciada tanto pelo baixo grau de escolaridade da população de Catuçaba quanto pelo afunilamento das oportunidades educacionais, nada mais

é que a evidência, no plano da educação, da questão da exploração econômica e dominação política a que essas percelas da população estão submetidas.

Entretanto, apesar da opinião corrente de que a educação formal é freqüentemente desvalorizada entre as "populações não-urbanas" (SHIRLEY, 1971:241), surpreendeu-nos o vigor de uma ideologia da educação presente entre os dois grupos considerados. A educação formal tende a aparecer entre eles como uma forma possível do indivíduo não se reproduzir como explorado.

Concluindo, o que ficou evidente através desses dados sobre alguns dos aspectos de como se produzem e se reproduzem os pequenos produtores mercantis de leite e os assalariados de Catuçaba, considerados enquanto capacidade de trabalho — porque na sociedade atual essa forma se impõe cada vez mais como possibilidade de garantir seus meios de subsistência — foi a segregação generalizada, tanto social como espacial. Foi a separação sobre o território, de alguns dos aspectos e elementos da prática social, *dissociados* daqueles que usufruem os privilégios políticos e *reagrupados* ali em Catuçaba, no seio mesmo de um espaço até certo homogeneizado pelo domínio do valor de troca e pela carência.

Fica evidente a relação entre espaço e reprodução da força de trabalho, pois, através das precárias condições de vida generalizadas em Catuçaba — que resultam essenciais para a reprodução das relações sociais de produção — põe-se de manifesto uma contradição plena de sentido.

De que as contradições *do* espaço, como diria LEFEBVRE, reproduzem e ampliam as contradições *no espaço*.

E se, em alguns momentos, as diferenças entre a vida dos produtores mercantis de leite e a dos trabalhadores assalariados se fizeram ressaltar, não se limitam a diferenças entre "melhor" e "pior". Mas porque esses níveis diferenciais escondiam também uma contradição entre os dois grupos, que se dava justamente a partir da bases jurídica e prática da propriedade da terra.

Tudo o que podemos dizer é que as condições de vida do pequeno produtor mercantil permaneceu muito perto do nível de sub-

sistência, numa ocasião em que estava cercado pela evidência do aumento da riqueza social, grande parte dela mesma produto de seu próprio trabalho, mas passada, por meios transparentes, para as mãos de seus patrões, as empresas de laticínios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que se analisou no último capítulo, evidencia-se um paradoxo bastante revelador da irracionalidade das leis que regem nossa sociedade, qual seja, o de que se exige a abstinência, sob todas as suas formas, justamente daqueles cuja *finalidade da troca* é a *obtenção* dos *meios de subsistência,* e não daqueles cujo objetivo da troca é o enriquecimento.

De fato, parafraseando ENGELS (s/d:71), em semelhante sociedade e crise da subsistência não é fruto do azar, mas uma verdadeira instituição. Isso mostra que pobreza e riqueza, população excedente, crise de subsistência, e diferenças são um resultado e um pressuposto do capital. Mas não é tudo, pois a *unidade* de produção e valorização não é direta, não se dá sem tensões e problemas, e nem mesmo é eterna.

É certo que a exclusão constitui um pressuposto da acumulação. É verdade que até certo ponto, ela recria as condições de reprodução do capital. Mas, por outro lado, não as nega?

Será possível pensar em superação só a partir da questão do desenvolvimento das forças produtivas, da maturação das relações e conflitos de classes sob o capitalismo? O problema da população excedente, das crises que explodem fora, acaso não fazem parte das potencialidades internas que contam para a superação?

Sabemos muito pouco sobre como esse processo se dá, e o porquê de não se dar mais cedo do que se espera.

Vimos, no estudo sobre as condições de vida em Catuçaba, como para uma parcela da classe trabalhadora se coloca o problema da negação do trabalho, evidenciada pelo desemprego ou pelo reduzido tempo de trabalho de alguns assalariados, que só conseguem empregos ocasionais e de meio período etc.

Por outro lado, ocorre também a formação da ideologia do não-trabalho, da ideologia do ócio, mais precisamente, dentro da ideologia (exaltação) do trabalho. Isso define um conflito que se traduz pela tendência a ampliar a margem de lazer, a duração das férias, mais do que a reduzir o tempo de trabalho (jornada de trabalho) em função de sua produtividade.

Seja como for, assistirmos à desvalorização do trabalho no seio da própria classe trabalhadora. Assim, os trabalhadores deparam com incontáveis contradições. E é dentro desse contexto que se instaura a questão da consciência da exploração e da opressão.

Como se dá o movimento e a reversibilidade latente de tal movimento em que se forma a consciência de classe? Não pretendíamos responder a essas questões, mesmo porque, assim colocadas, elas são gerais. E as respostas possíveis serão dadas pela práxis. Serão históricas e determinadas.

Contentamo-nos apenas em pensar que os produtores mercantis de leite C, assim como a classe camponesa e trabalhadora de modo geral, não se acha acima e a salvo das contradições, e que a possibilidade de se constituir enquanto classe inclui o seu recuo e alternância. Isso não se dá diretamente e sem contradições.

Nos itens anteriores, formulamos questões que nos levassem a conhecer objetivamente suas condições de subsistência. Agora indagamos sobre a *opinião* dos produtores e dos assalariados a respeito dessas condições de vida, desejo ou não de modificá-la e sugestões para isto. Procuramos levar o entrevistado a projetar sua visão de mundo, sua percepção como cidadão, seu nível de aspirações e espírito crítico.

Se, de um lado, há evidências de uma correta compreensão empírica, de parte significativa dos produtores de leite C, da exploração a que são submetidos através do Estado, por outro suas expectativas se referiam à uma ação paternalista por parte desse Estado, e no âmbito de medidas de política econômica da "ordem burguesa". Assim, centraram suas reivindicações no campo da política econômica (política de preços, especialmente).

Mas poderíamos esperar mais do que isso? Por outro lado, se a questão dos preços do leite ou a questão salarial eludem a contradição fundamental, ela não é a expressão formal desta?

Interrogados, por exemplo, sobre as três coisas mais importantes e que faziam falta para eles, os entrevistados, *predominantemente*, apresentaram *aspirações de ordem objetiva*, destacando-se as relacionadas à infra-estrutura médico-hospitalar, o que só confirma o quanto esses homens, seus atos e pensamentos se inscrevem no plano da subsistência.

Por outro lado, foi significativo o número dos que não esperam mais nada da vida, daqueles que, nas palavras de MARX (1978: 588:589), como tantos outros, "em seu sofrimento, (...) em seu completo desamparo, não abrigam (...) nem a *fé* em que sua situação há de melhorar algum dia, nem sequer o desejo de que isso ocorra. Sua situação é tão desesperada, que o mais sincero investigador se veria em apuros para nos revelar o segredo de como podem manter a alma dentro do corpo".

O fato é que, apesar da relação direta entre as condições precárias de existência e sua percepção dessa situação, apesar de muitos definirem suas aspirações num plano objetivo, diretamente relacionado com o desejo de melhorar suas condições de vida, há poucas evidências de uma prática política contestatória. Fruto, em grande parte, do esvaziamento político dos sindicatos e associações brasileiras, os indícios de novas formas de participação política dos produtores de leite são ainda obscuros.

O que os relatos e as opiniões dos trabalhadores de Catuçaba nos induziram a pensar é que mesmo suas condições de vida se travando nos limites da sobrevivência, são encaradas e vividas com um componente predominante de conformismo. Por outro lado, perguntamos-nos até que ponto conseguimos decifrar a possibilidade do confronto, da contestação.

Não se quer, com tudo isso, negar, a possibilidade da superação, mas pensá-la em sua complexidade, em sua contradição. Não se trata de pensar o consumo, a contestação, mesmo que surja e desapareça, como fazendo parte só do modo de produção do capital. O consumo só reproduz a força de trabalho e a contestação é neutralizada. Seria muito parcial, e não dialético.

Trata-se apenas de considerar que essa mesma reprodução das relações sociais de produção, que não se limita à fábrica, ao local

de trabalho, mas que se dá por todo o espaço, essa mesma reprodução alastra e aprofunda as contradições fundamentais, reproduzindo-as e estendendo-as igualmente por todo o espaço. Trata-se, portanto, de não negar o virtual nem reduzí-lo a esquemas prefixados, mas de pensar dialeticamente o possível como uma categoria da realidade, como diz LEFEBVRE (1976:80-81).

Numa sociedade em que o único poder que reúne os indivíduos — o produtor de leite, a indústria de laticínios, o consumidor; o produtor de leite e o assalariado etc — e os põe em relação é o poder do egoísmo, o de sua vantagem pessoal, o de sua indiferença recíproca, em tal sociedade a re-produção das relações sociais de produção não pode ser simples rotina, nem eterna. E o mais extraordinário não está em que uma das contradições do espaço — que *impede* a *estabilização* do modo de produção do capital e a consolidação e generalização da lógica do valor de troca não é a contradição entre as relações capitalistas de produção e a *presença* das relações *não* capitalistas de produção, redefinidas, sim, mas não eliminadas?

BIBLIOGRAFIA

ENGELS, F. (s.d.) — "Contribuição ao problema da habitação". Textos 2, Marx/Engels, São Paulo, Sociais.

KAUTSKY, K. (1980) — "A questão agrária". 3ª ed. São Paulo, Proposta.

LEFEBVRE, H. (1970) — "Problemas de Sociologia Rural" in Introdução crítica à sociologia rural, José de Souza Martins (organizador). São Paulo, Hucitec.

(1976) — "Espacio y Política — El derecho a la cuidad II". Barcelona, Península.

MARTINS, J. S. — (1973) — "A imigração e a crise do Brasil agrário". São Paulo, Pioneira.

(1975) — "Capitalismo e Tradicionalismo: Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira.

MARX, K. (1977) — Elementos Fundamentales para la crítica de la economia política (Grundrisse) 1857-1858. 9ª ed. México, Siglo XXI, vol. 1 e 2.

(1978) — El Capital. Crítica de la economia política 13ª ed., México, Fondo de Cultura Econômica, vol. III Sección 6ª e 7ª, pp. 173-818.

MELLO e SOUZA, A. C. (1979) — "Os parceiros do Rio Bonito, 5ª ed., São Paulo, Duas Cidades.

SHIRLEY, R. (1971) — O fim de uma tradição. São Paulo, Perspectiva.

TAVARES des SANTOS, J. V. (1978) — Os colonos do Vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês do capital. São Paulo, HUCITEC.

RESUMO

Através de um estudo do conjunto das relações que configuram a vida dos pequenos produtores de leite de Catuçaba São Paulo, desde a gênese do produtor mercantil; o modo como através da forma moderna da propriedade da terra se vincula o trabalho deste produtor ao capital; de como a troca subordina a renda da terra e o trabalho do pequeno produtor mercantil do capital; da territorialização do processo de transferência de renda da terra e de trabalho para o capital, e finalmente, das repercusões desses processos nas suas condições de vida, assim como de uma análise das condições de sobrevivência dos trabalhadores rurais assalariados de Catuçaba, discute-se uma das formas como o capital se reproduz, través da subordinação de relações não tipicamente capitalistas de produção, redefinidas pelo próprio capital. Portanto, discute-se o processo contraditório de reprodução das relações sociais de produção da sociedade capitalista, assim como as possibilidades de sua negação.

ABSTRACT

Through a global study of the system of relations characterizing the life of little milk producers from Catuçaba (São Paulo), and its effects on the workmen's way of life, together with an analysis of the hard conditions of survival of workers receiving low salaries, the author discusses the reproduction of capital through subordination to non-typical capitalistic relations of production, redifined by capital itself. The contradictory process of reproduction of social relations of production in capitalistic societies, as well as the possibilities o its denial are also discussed.

RÉSUMÉ

Depuis une étude sur l'ensemble des rapports qui caracterisent la vie des petits producteurs laitiers à Catuçaba, SP, Brasil, l'auteur analyse une des formes de reproduction du capital par la subordination des rapports non typiquement capitalistes, redefinis par le capital lui-même.